

Teste de Atualidades - Tipo C

1. Em março de 2017 a Polícia Federal deflagrou a Operação Carne Fraca, que investiga cerca de 40 empresas do setor alimentício acusadas de envolvimento em esquemas de corrupção e suborno de agentes públicos. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a. A operação investiga a atuação de uma suposta organização criminosa, envolvendo empresários e autoridades alfandegárias, que facilitava a exportação de alimentos adulterados à mercados europeus e asiáticos.
- b. A operação investiga a atuação de uma suposta organização criminosa, envolvendo empresários e autoridades sanitárias, que facilitava a produção e venda de alimentos adulterados em troca de propinas em esquemas de tráfico de influência.**
- c. A operação investiga a atuação de uma suposta organização criminosa, formada por empresários do setor pecuário e frigorífico, envolvendo o pagamento de recursos não-contabilizados a campanhas eleitorais (caixa 2) em troca do afrouxamento das legislações de proteção ambiental e fiscalização sanitária.
- d. A operação investiga a atuação de uma suposta organização criminosa, envolvendo a compra de votos de deputados e senadores quanto à votação de projetos de lei favoráveis ao afrouxamento de legislações de fiscalização sanitária.
- e. A operação investiga a atuação de uma suposta organização criminosa, envolvendo empresários e autoridades sanitárias em esquemas de venda alimentos adulterados para utilização em merenda escolar de pequenos municípios.

2. Em março de 2017 o presidente Michel Temer sancionou o Projeto de Lei 4.302/1998, que regulamenta a realização de contratos de terceirização (quando uma empresa contrata outra para prestar determinados serviços). Sobre o assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. A nova lei acaba com a distinção entre a terceirização de “atividades-fim” e “atividades-meio”, consolidada pela jurisprudência, permitindo a realização de contratos de terceirização para a prestação de quaisquer serviços;
- b. A nova lei permite a realização de contratos de “quarteirização”, isto é, a subcontratação de serviços por parte das empresas terceirizadas;
- c. A nova lei determina que em caso de ações trabalhistas, caberá às empresas terceirizadas o pagamento de direitos questionados na Justiça, quando houver condenação. No entanto, nos casos quais as empresas terceirizadas não dispuserem de recursos para arcar com pagamentos desta natureza, as empresas contratantes (que contrataram os serviços terceirizados) poderão ser responsabilizadas pelo pagamento de causas trabalhistas.
- d. A nova lei regula a realização de contratos de terceirização por organizações do setor público, estabelecendo que a contratação de pessoal para execução de “atividades-fim” permanecerá restrita à realização de concurso público.**
- e. A nova lei ampliou o tempo máximo de contratação de trabalhadores temporários (de três para seis meses), permitindo inclusive a ampliação do limite por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

3. Na esteira da crise fiscal enfrentada pelo governo federal brasileiro desde 2015, diversos governos subnacionais têm promovido profundos cortes de gastos e investimentos para evitar o colapso financeiro e respeitar os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Assinale a alternativa que indique o nome dos três governos estaduais que, desde então, decretaram estado de calamidade financeira, estabelecendo medidas especiais para suportar o pagamento da folha de salários e a realização de aportes orçamentários mínimos nas áreas de educação, saúde e segurança:

- a. Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul
- b. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais**
- c. Espírito Santo, Rio de Janeiro e Alagoas
- d. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Alagoas
- e. Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Alagoas

4. O processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff gerou polêmicas entre juristas, cientistas sociais e políticos. Sobre este assunto, aponte a principal controvérsia entre acusação e defesa durante a avaliação do processo no Senado.

- a. A utilização de um instrumento de caráter político como solução para uma disputa eminentemente técnica e jurídica.
- b. A existência e caracterização do crime de responsabilidade.**
- c. A não observância do devido rito processual, como estabelecido pelo STF.
- d. A incompatibilidade da conduta dos parlamentares para seguir com o julgamento do processo.
- e. O desrespeito ao resultado das eleições presidenciais de 2014.

5. Dia 5 de novembro completou-se um ano do desastre socioambiental na bacia do Rio Doce, causado pelo rompimento da barragem com rejeitos de mineração da empresa Samarco na cidade de Mariana, no interior de Minas Gerais. Desde então, a apuração das causas do desastre segue em andamento, assim como a efetivação das respostas dos governos e empresas envolvidas para solucionar os impactos do colapso da barragem. Sobre este assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a. Foi assinado um acordo com o objetivo de criar um fundo de R\$ 20 bilhões para recuperar a bacia do Rio Doce, prevendo o estabelecimento de uma fundação público-privada para executar programas de recuperação e compensação ambiental nos próximos 15 anos.
- b. Governos e empresas envolvidas com o desastre têm enfrentado duras críticas de especialistas do sistema de direitos humanos da ONU, que destacam várias insuficiências das respostas aos custos humanos e ambientais que persistem, em decorrência do desastre.
- c. **Após conclusão de inquérito, a Polícia Federal realizou o indiciamento e a prisão preventiva de oito responsáveis pelo desastre, dentre os quais executivos da Vale, uma das empresas controladoras da Samarco.**
- d. Um dos principais desafios relativos ao desastre refere-se ao abastecimento de água das cidades e comunidades afetadas pela contaminação causada pelos detritos da barragem rompida. Cidades como Governador Valadares (MG) e Colatina (ES) tiveram o fornecimento afetado.
- e. Desde o rompimento das barragens, as autoridades competentes embargaram as atividades comerciais da Samarco Mineradora em Mariana, onde a empresa apenas poderá realizar ações emergenciais para minimizar o impacto do desastre e prevenir novos danos.

6. A equipe econômica do governo Michel Temer (PMDB) apresentou ao congresso, durante o primeiro semestre de 2016, uma proposta de emenda à Constituição para instituir limites ao crescimento dos gastos totais da União. Chamado de “Novo Regime Fiscal”, a medida busca limitar o crescimento anual do gasto público federal à inflação observada no ano anterior. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a. A medida propõe limitar, pela primeira vez, as transferências constitucionais a estados e municípios.
- b. A medida restringe-se às despesas executadas pelo poder executivo, não afetando os gastos realizados pelos poderes legislativo, judiciário, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.
- c. O projeto do governo estipula um prazo de 5 anos para a vigência da medida, de maneira a assegurar o comprometimento dos futuros governos ao processo de ajuste estrutural das contas públicas.
- d. **Com a medida, os valores mínimos dos gastos com saúde e educação da União passarão a ser corrigidos pela inflação do ano anterior, e não mais pelo desempenho das receitas.**
- e. A proposta, aprovada pelo congresso em outubro, sofreu poucas alterações e terá vigência a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) a ser aprovada nos primeiros meses do ano fiscal de 2017.

7. O debate sobre os efeitos do “Novo Regime Fiscal” (PEC 241 na Câmara/ PEC 55 no Senado) proposto pelo governo Michel Temer (PMDB) e atualmente em discussão no Congresso levou à realização de estudos sobre os impactos da medida no estado das finanças públicas do país. Analise os dois gráficos a seguir e assinale a alternativa que explicita o principal argumento contido em cada um deles.

Gráfico 1 – Elaborado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

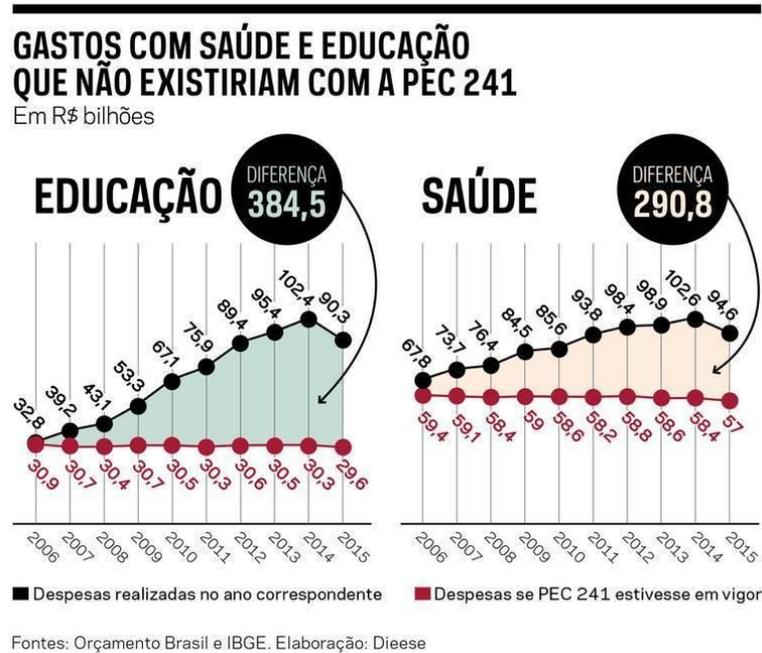
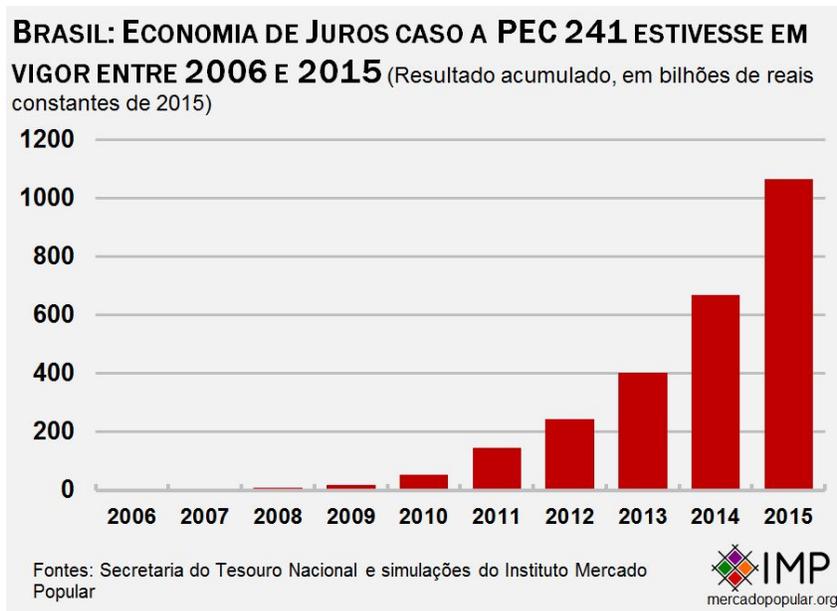


Gráfico 2 – Elaborado pelo IMP (Instituto Mercado Popular).



- a. **Caso estabelecido em 2006, o Novo Regime Fiscal poderia ter impedido o aumento dos investimentos em saúde e educação observado no período. Por outro lado, poderia também ter levado à uma queda dos índices de endividamento público.**
- b. Caso estabelecido em 2006, o Novo Regime Fiscal teria desviado investimentos em políticas sociais para o pagamento o pagamento de juros da dívida pública que, por outro lado, teria seus reduzidos.
- c. Caso estabelecido em 2006, o Novo Regime Fiscal poderia ter impedido o aumento observado nos investimentos em saúde e educação no período. Por outro lado, os custos com o pagamento dos juros da dívida pública também seriam diminuídos.
- d. Caso estabelecido em 2006, o Novo Regime Fiscal teria forçado uma queda nos investimentos em saúde e educação, às custas da diminuição dos índices de endividamento público.
- e. Caso estabelecido em 2006, o Novo Regime Fiscal teria permitido um crescimento residual dos investimentos em saúde e educação. Por outro lado, poderia ter levado à uma queda dos índices de endividamento público.

8. O Congresso Nacional está prestes a aprovar a Nova Lei de Migração, legislação que irá atualizar o marco legal para a migração no Brasil, revogando o atual Estatuto do Estrangeiro, aprovado pela ditadura cívico-militar em 1980. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a. A aprovação da lei ocorre por pressão do sistema ONU, que demanda do Brasil uma postura mais proativa na crise migratória síria, levando o país a adequar-se ao sistema internacional de cotas de recebimento de refugiados.
- b. A aprovação da lei deverá facilitar a gestão do crescente fluxo de refugiados venezuelanos na região norte do país e suprir lacunas legais que se tornaram evidentes durante a onda de imigração haitiana no Brasil a partir de 2010.**
- c. O projeto de lei em análise no congresso reforça os princípios orientadores do Estatuto do Estrangeiro (a proteção das fronteiras e a segurança nacional), mas também agrega a perspectiva dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico à política migratória do país.
- d. O projeto de lei estabelece princípios orientadores da política migratória nacional, mas atribui aos estados a efetivação de tais princípios, apostando na descentralização das estratégias implementação da política.
- e. O projeto de lei incorpora os padrões regionais de gestão migratória estabelecidos no âmbito da Política Migratória Comum do Mercosul.

9. Nos últimos meses, reiteradas decisões judiciais determinaram o bloqueio do aplicativo de troca de mensagens “WhatsApp” em episódios consecutivos. Estes acontecimentos levantaram polêmica em torno do Marco Civil da Internet, lei recentemente aprovada que regula a internet no Brasil.

Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a. **Ainda que parem dúvidas sobre sua aplicação, o Marco Civil da Internet foi reconhecido por organizações internacionais e especialistas como um projeto inovador.**
- b. Existe certo consenso entre especialistas em direito digital de que o Marco Civil da Internet promove a proliferação de decisões judiciais que cerceiam a livre expressão na internet.
- c. O Marco Civil da Internet não diz respeito ao uso da internet por indivíduos, mas à gestão da rede por provedores de acesso e conteúdo e órgãos de regulação governamental, de maneira que não é clara a relação entre esta legislação e os episódios de bloqueio do WhatsApp.
- d. O bloqueio do WhatsApp foi fruto de decisão da Anatel, órgão responsável por sua aplicação da lei, com base em interpretação equivocada da legislação.
- e. O Marco Civil da Internet não tem impacto sobre o trabalho de empresas cuja atuação no Brasil guarda relação exclusiva com suas sedes em território estrangeiro.

10. Em julgamento realizado dia 27/10/2016, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) foram estabelecidos limites legais à realização de greve por funcionários e servidores de organizações públicas. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a. Por decisão do STF, o Congresso está obrigado a estabelecer, em prazo determinado, uma legislação específica para regulamentar o direito à greve no setor público.
- b. Por decisão do STF, não são aplicáveis às greves no setor público os mesmos direitos concedidos aos trabalhadores do setor privado, cabendo ao Congresso estabelecer uma normativa específica.
- c. Por decisão do STF, o corte de salário de servidor público em paralisação é ilegal e fere o direito à greve garantido pela Constituição.
- d. Por decisão do STF, o corte de salário de servidor público em paralisação é legal caso o movimento grevista tenha motivação político-partidária.
- e. **Por decisão do STF, o corte de salário de servidor público em dias de paralisação é legal e não fere o direito à greve garantido pela Constituição.**

11. No segundo semestre de 2016 teve início, no Paraná, uma onda de manifestações lideradas por estudantes secundaristas que se expandiu por diversos estados, levando, em seu ápice, à ocupação de mais de mil escolas públicas em todo o país. Críticas ao governo Michel Temer (PMDB) dominaram a pauta de reivindicações, sobretudo a oposição ao ajuste fiscal e ao projeto de Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016) apresentado pelo governo em setembro. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta:

- a. **O projeto apresentado pelo governo prevê a ampliação dos programas de ensino médio em tempo integral e o aumento da autonomia dos estudantes no desenho dos currículos, restringindo a obrigatoriedade do ensino de algumas disciplinas.**
- b. O projeto apresentado pelo governo prevê a oferta de um programa especial de formação técnica profissional para os alunos que não tenham completado o ensino fundamental nos estabelecimentos de ensino médio e superior.
- c. O projeto apresentado pelo governo prevê o aumento da carga horária dos cursos de matemática e língua portuguesa, em detrimento das disciplinas de humanidades (história, filosofia e sociologia).
- d. O projeto apresentado pelo governo diminui a carga horária de disciplinas de história, filosofia e sociologia, e promove a articulação de parcerias entre escolas e empresas tendo em vistas o fortalecimento da formação técnico-profissional.
- e. O projeto apresentado pelo governo retira a obrigatoriedade do ensino de educação artística e educação física em estabelecimentos de educação técnico-profissionalizante.

12. Em julho de 2015 o Google criou o First Draft Coalition (FDC), uma organização que tem por objetivo combater a disseminação de notícias falsas na internet que recebeu o apoio do Facebook e do Twitter. Entre outras ações, a iniciativa busca retirar anúncios de publicidade de sites que publiquem conteúdos falsos ou inconsistentes. O surto de notícias falsas (“*fake news*”) ganhou atenção da opinião pública após as eleições americanas e virou alvo de discussões de plataformas digitais, veículos de imprensa e autoridades públicas nos últimos meses. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a. Nos últimos meses termos como “*fact-check*” (checagem de fatos), “pós-verdade” e “fatos alternativos” ganharam espaço no debate público devido à crescente influência da circulação de notícias falsas em redes sociais. Neste contexto, governos em todo o mundo têm estabelecido legislações tendo em vistas a erradicação do compartilhamento de mentiras na internet.
- b. Analistas têm apontado a crescente influência da circulação de notícias falsas em redes sociais em processos eleitorais, notadamente as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos e o referendo britânico sobre permanência do país na União Europeia (*Brexit*). O fenômeno tem forçado as organizações de mídia e plataformas digitais a desenvolver ferramentas tendo em vistas o combate à difusão de notícias falsas na internet.**
- c. Sites especializados na produção e compartilhamento de notícias falsas tem se tornado um atraente e lucrativo nicho de negócios no mundo digital. O fenômeno tem impulsionado a inclusão de disciplinas de “alfabetização midiática” em currículos de formação juvenil nos Estados Unidos e na Europa.
- d. A multiplicação de portais jornalísticos especializados na publicação de fatos alternativos, como o *Breitbart News* e a *Jacobin Magazine*, tem acentuado o conflito entre organizações de imprensa e autoridades públicas nos Estados Unidos, culminando na adoção de práticas que restringem atividades jornalísticas por parte da Casa Branca.
- e. A realização de eleições em distintos países da União Europeia (Holanda, França, Alemanha), tem levantado rumores sobre o apoio do governo Russo à difusão de notícias falsas tendo em vistas o aumento da influência de partidos de extrema-direita (pró-russos) em distintos parlamentos europeus.

13. Em julho de 2016 ocorreu uma tentativa frustrada de golpe de Estado orquestrado por uma facção pertencente às Forças Armadas da Turquia. Centenas de pessoas morreram e mais de mil ficaram feridas. O governo reagiu rapidamente denunciando o golpe, passando em seguida a demitir, processar e prender os envolvidos, incluindo militares, civis e setores do poder judiciário. Opositores do primeiro ministro turco Recep Tayyip Erdogan acusam o governo de instrumentalizar a tentativa de golpe para operar um extenso expurgo do serviço público turco e de empresários e jornalistas contrários ao regime. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a. Os autores da tentativa de golpe receberam reconhecimento por parte da União Europeia, tendo em vistas o crescimento do autoritarismo na Turquia sob Erdogan e a posição do país quanto à Guerra Civil na Síria e o consequente fluxo de refugiados que atravessam o país rumo à Europa.
- b. Os autores da tentativa de golpe receberam apoio de setores mais religiosos da política turca, em oposição às crescentes medidas seculares tomadas pelo governo Erdogan, como o fim da exigência do véu islâmico para mulheres em espaços públicos
- c. **Meios de comunicação e diplomatas ocidentais têm descrito os expurgos operados pelo governo turco como um “contragolpe”, acusando Erdogan utilizar o combate e responsabilização dos autores da tentativa de golpe como oportunidade de estabelecer mecanismos de repressão à dissidência política na Turquia.**
- d. O governo turco acusou a organização religiosa “Movimento *Gülen*” (conhecida como *Hizmet*, ou “serviço” em Turco) de estar associada às facções do exército responsáveis pela operação da tentativa de golpe, devido as suas ligações com movimentos radicais islâmicos no Oriente Médio, como o Hamas e a Irmandade Muçulmana.
- e. O Conselho de Segurança da ONU acusou o governo turco de encenar a tentativa de golpe tendo em vistas o fortalecimento dos instrumentos de repressão à dissidência política. Desde então, as relações entre o país e os principais potenciais ocidentais (EUA, Rússia e União Europeia) foram suspensas e o governo turco não tem feito esforços para interromper o fluxo de asilados sírios rumo à Europa.

14. Caso a proposta do governo Michel Temer para a instituição de um “Novo Regime Fiscal” (PEC 241 na Câmara de Deputados, PEC 55 no Senado) não sofra alterações radicais no Congresso, sua aprovação estabelecerá um desenho de incentivos que, cedo ou tarde, forçará a aprovação de reformas no sistema previdenciário. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta:

- a. Tendo em vistas que os gastos com a previdência representam parcela significativa das despesas primárias da União, o estabelecimento de limites gerais ao gasto público é suficiente para assegurar a solvência do sistema previdenciário nacional.
- b. Da forma como proposta pelo governo, uma vez aprovada a PEC do teto de gastos, o executivo estará autorizado a realizar a reforma da previdência por meio de medida provisória, por tratar-se de regulamentação dos pontos chave do Novo Regime Fiscal.
- c. **O estabelecimento de um teto geral aos gastos da União, caso não acompanhado da aprovação de mecanismos para deter o aumento das despesas com a previdência, levará necessariamente à diminuição dos gastos discricionários do governo, como investimentos em saúde, educação e infraestrutura.**
- d. Uma vez aprovado o Novo Regime Fiscal e estabelecido o ajuste estrutural de longo prazo das contas públicas, a reforma da previdência deixará de ser considerada uma medida emergencial para o ajuste fiscal no país.
- e. A aprovação do Novo Regime Fiscal desacompanhada do estabelecimento de uma reforma integral e compreensiva do sistema previdenciário levará ao aumento dos índices de endividamento da União, Estados e Municípios.